

Primeira Opção

SÃO legítimos — e verdadeiros — os argumentos levados pelo Brasil para o entendimento com os seus credores internacionais. Não dissipam, porém, as dúvidas de que a política econômica do Governo, a longo prazo, seja capaz de sustentar os resultados satisfatórios conseguidos em 85. A visão técnica do FMI e o sistema financeiro internacional consideram com reservas a condescendência brasileira para com os gastos públicos e o invulnerável fortalecimento econômico do Estado. Despesas descontroladas e empresas estatais se conjugam num tecido protetor do processo inflacionário.

A opinião do FMI pesa obviamente nas negociações do Brasil com a comunidade financeira internacional, dada a natureza técnica que lhe fundamenta as avaliações. Não se esperava do Fundo mais do que a manifestação que exprime uma ressalva expressa na ausência de recomendação oficial. Foram apresentados pelo Ministro da Fazenda resultados positivos do desempenho econômico em 85: aliviada a recessão dos três anos consecutivos com o aumento da produção, podem-se considerar, a partir de agora, outras necessidades no reescalamento das prioridades.

Os dados que pesam favoravelmente na nossa balança comercial são suficientes para serem honrados os compromissos de pagamento dos juros da dívida externa. As altas taxas dos juros internacionais, e sobretudo o **spread** mais elevado, limitam a capacidade de amortização do principal, mas — não obstante — as reservas cambiais brasileiras cresceram.

A dívida externa, pelo seu alto nível e seu impacto negativo sobre o desenvolvimento nacional, detém prioridade mas não exclusividade na mobilização do esforço econômico, e não exclui a prioridade correlata do esforço de saneamento financeiro. A importância de toda e qualquer negociação com os credores externos está exatamente na possibilidade de avançar na luta contra a inflação, que invalida e aumenta os sacrifícios da sociedade. Reduzir a inflação significa reduzir o custo social desse esforço nacional.

O relacionamento do Brasil com os seus credores internacionais e com o FMI passa, portanto, pela incontornável definição política de um programa objetivo de extermínio da inflação. E que seja um compromisso nacional, reunindo o Estado e a sociedade. Não se trata mais de uma guerra de posição, em que o Governo faça disparos a distância sobre os focos inflacionários. Impõe-se com urgência a ofensiva final, depois de verificados os pontos em que ela se estabeleceu. A vitória alcançada contra a recessão econômica não se consolidará enquanto a ameaça inflacionária pairar como uma tempestade sobre nós.

Se a dívida é uma indiscutível prioridade, a inflação — mais para nós do que para os credores internacionais — é um desafio inadiável no mesmo plano, pela ameaça permanente. Ambas — dívida externa e inflação — têm uma origem única: os gastos públicos imoderados. A megalomania que encalacrrou a nação no endividamento externo é a outra face da mesma irresponsabilidade que rola a dívida interna, há anos, para sustentar a ineficiência do setor público. Acostumada a gastar sob a proteção do autoritarismo, a burocracia do Estado resiste, no novo regime, aos controles da sociedade. Ultrapassa todos os limites de gastos que o Governo tenta impor-lhe.

Captaram os brasileiros a integridade com que o Ministro Dilson Funaro, num movimento tático que exprime o desejo do Presidente Sarney, deslocou a ênfase social do Governo para a prioridade de abreviar a recessão. Credenciaram-no para enfrentar a inflação este ano os êxitos colhidos na reativação da capacidade industrial e no reemprego que contemplou um milhão e meio. A Previdência Social, em consequência, já se livrou do seu déficit de caixa. Até para consolidar o avanço econômico e neutralizar os efeitos da estiagem que se abateu sobre a produção agrícola do Sul, a retomada do combate decisivo contra a inflação assume prioridade natural neste novo ano.

A confiança que se transmite à sociedade brasileira não é suficiente, no entanto, para que os credores internacionais e o FMI possam oficializar o reconhecimento do método conciliador. Não cabe mais qualquer adiamento do golpe de misericórdia a ser desferido na inflação. O equacionamento de um programa de convi-

vência com uma dívida externa prolongada pressupõe uma normalidade que não resistirá à convivência com uma inflação de três dígitos.

O prolongado processo inflacionário condicionou o Estado a hábitos de programar gastos a serem cobertos pela sociedade, em troca de franquias que implicam convivência por parte da sociedade. A voracidade tributária com que o Estado se volta para a sociedade não cobre o déficit público e o Governo recorre a emissões brutais. A dívida interna tornou-se autopropulsora e intoxica toda a vida econômica e social com a poluição inflacionária.

Não há como desconhecer que — pela extensão, duração e intensidade — o processo inflacionário comprometeu a própria sociedade. Por mais que o Estado seja o gestor compulsivo da inflação, a sociedade não pode esperar que o Governo tenha que arcar sozinho com os sacrifícios de que todos são, ao mesmo tempo, sócios e vítimas. Muitas das privações pelas quais os poderes públicos terão que passar recairão também sobre a sociedade, pois nem o Governo e nem os empreendimentos privados estão imunes às ilusões e aos malefícios do descontrole monetário. A burocracia é mais escrava do que sócia da inflação, e essa relação de dependência tem que começar a ser rompida. Não há melhor momento do que este, nem melhor instrumento do que o programa para retirar da órbita estatal os empreendimentos que possam ser geridos pela iniciativa privada. Basta que se atente para o fato de que o incremento da inflação foi o salto ambicioso, mas irreal, de um programa de obras gigantescas geradoras do endividamento externo. A desaceleração descriteriosa de grandes projetos, como forma de prosseguir obras iniciadas sem necessidade, e a incapacidade de rever projetos sem resposta econômica imediata, somaram-se em despesas muito acima da receita tributária, e aumentaram a carga tributária sobre as empresas privadas já sem capacidade para reinvestir.

Essa inflação que jorra em despesas sem retorno e sustenta a ineficiência instalada pelo excesso de empresas em poder do Governo exige que sejam pinçadas todas as artérias que a alimentam. Os quadros de funcionários dessas empresas, multiplicados sob o autoritarismo, transbordam em gastos incontroláveis sobre a sociedade. Os servidores de empresas estatais querem competir com os índices de reajustamento e a reposição salarial com que os trabalhadores sobrecarregaram a iniciativa privada. Essa competição suicida alimenta a inflação, porque da parte do Governo significa despesa muito superior à receita — portanto emissão ou aumento de impostos — e na iniciativa privada aumento de custos repassados ao consumidor. Como os supostos beneficiários de aumentos irreais, acima da inflação, são os próprios consumidores, a vantagem é anulada e o malefício se apresenta na alta de preços. A aliança entre trabalhadores e funcionários de empresas públicas se caracteriza pela corrida entre salários e preços, com comprovada desvantagem histórica para os salários.

Alguns sindicatos de trabalhadores, a burocracia das empresas públicas e os gastos da máquina estatal alimentam a usina de inflação, seja reivindicando acima da cota de sacrifício, seja sob a forma de ineficiência que arrasta o Governo a despesas incontroláveis.

Em sua insubstituível prioridade, a luta contra a inflação requer, como preliminar nacional, o mesmo nível de consciência do Estado e da sociedade quanto à equitativa distribuição de sacrifícios. Todos terão que pagar o preço para que ninguém fique sem os benefícios. Melhor assumir a responsabilidade com a consciência do perigo do que ser levado a soluções de mais alto custo social, com juros políticos elevados.

Em decorrência da prioridade de debelar o processo inflacionário, cabe ao Governo reprogramar-se com critério econômico para a empreitada. Não é possível que o Ministério da Fazenda seja uma torre de comando a emitir ordens para frentes de batalha desobrigadas de obediência estrita. Todas as operações de combate à inflação terão que ser sincronizadas, e já é tempo de que o Ministro da Fazenda tenha, nos postos-chave do campo de batalha, comandantes escolhidos por ele para o cumprimento de missões. Em seguida, passar à ação fulminante.